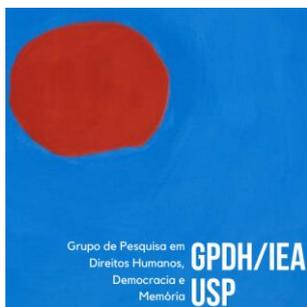


**II Encontro Anual do Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos
Democracia e Memória – GPDH/IEA-USP
18 e 19 de dezembro**

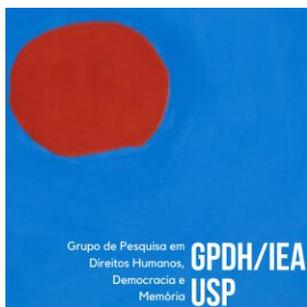
São Paulo
2023

Rua Praça do
Relógio, 109,
Butantã, 05508-050,
São Paulo, SP
Tels. (11) 3091-3919
e 3091-3927
iea@usp.br
www.iea.usp.br



SUMÁRIO

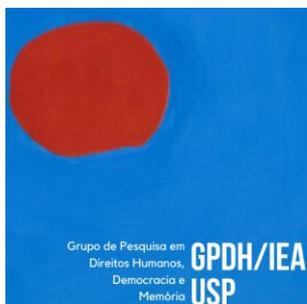
PROGRAMAÇÃO	3
18 de dezembro de 2023 – IEA/USP	3
19 de dezembro de 2023 – IEA/USP	4
PROPOSTAS DE GTs.....	6
GT 1 – Articulação Interna ao GPDH.....	6
GT 2 – Articulação entre Universidades, Institutos e Grupos de Pesquisa	8
GT 3 – Articulações Internacionais	9
RESUMOS.....	10



PROGRAMAÇÃO

18 de dezembro de 2023 – IEA/USP

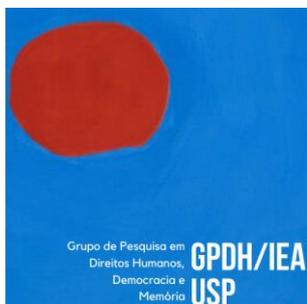
8h30	Abertura
09h às 12h	<p><u>Roda temática 1: Crianças e adolescentes</u></p> <p>Eduardo Rezende Melo - <i>Crianças e adolescentes, sexualidade(s) e gênero: o direito a ter direitos e os dilemas e impasses do contexto sociojurídico e político brasileiro</i></p> <p>Gabriela Gramkow – <i>Violências raciais e de gênero e experimentações de cuidado em alianças psijurídicas</i></p> <p>Maria Cristina G. Vicentin – <i>Interrogar a “sociopatia” e a “periculosidade” dos jovens autores de ato infracional: outros giros para uma criminologia crítico-clínica</i></p> <p>Ludmila Nogueira Murta - <i>Violência de gênero e violência sexual em instituições públicas de ensino</i></p> <p><u>Apresentação da proposta de GT</u></p>
12h às 13h30	Almoço
13h30 às 16h	<p><u>Roda temática 2: Racismo, violência racial e os pactos da branquitude</u></p> <p>Paulo Kohara – <i>Violência racial violência traumática</i></p> <p>Diana Mendes – <i>O Observatório da Violência Racial: ensaios para a efetivação de direitos</i></p>



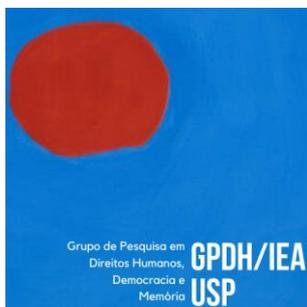
	<p>Raissa Ventura – <i>Borders regimes, and nós os brasileiros “son uma herida aberta”</i></p> <p>Paulo Henrique Silveira – <i>A questão negra em quatro coleções da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Programa do Livro Didático Nacional (PNLD) de 2021</i></p>
16h às 18h	<p><u>Roda temática 3: Direitos Humanos, memória e o passado-presente da ditadura militar brasileira</u></p> <p>Carla Osmo – <i>Reparações pela violência de Estado</i></p> <p>Tânia Corghi Veríssimo – <i>Ditadura-militar brasileira: arquivos e pulsões</i></p> <p>Maria José Rezende – <i>Como os espectros dos regimes militares e os escombros do autoritarismo, na América Latina, aparecem nas proposições prescritivas dos relatórios do desenvolvimento humano das Nações Unidas?</i></p> <p>Carla Vreche – <i>“No safe haven for torturers”: o empreendedorismo político da anistia internacional para a criação da Convenção contra a Tortura da ONU</i></p>

19 de dezembro de 2023 – IEA/USP

09h às 11h30	<p><u>Roda temática 4: Democracia, constituição e direitos: entre a desestabilização e a imaginação</u></p> <p>Andrei Koerner – <i>Desestabilização da democracia Constitucional e Políticas de Direitos no Mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022)</i></p> <p>Ozias Paese Neves – <i>Imaginários e utopias na Constituinte de 1988</i></p> <p>Carlota Boto – <i>A atualidade das Luzes em nossa contemporaneidade: penumbra e obscurantismo</i></p> <p>Matheus de Carvalho Hernandez – <i>Curso de formação em Sistemas Internacionais de Direitos Humanos para lideranças indígenas Guarani e Kaiowá</i></p>
--------------	--



11h30 às 13h	Almoço
13h às 15h	<p><u>Roda temática 5: Violência de gênero e os desafios de seu enfrentamento</u></p> <p>Wânia Pasinato – <i>Reconstruir, reformular e ressignificar. Reflexões sobre o primeiro ano de atuação do Ministério das Mulheres no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres</i></p> <p>Bruno Fedri – <i>Reconhecimento e Justiça: um estudo sobre as vítimas indiretas de homicídio e feminicídio</i></p> <p>Paulo Endo – <i>Os contraditos da memória</i></p>
15h30 às 16h10	<p><u>Planos, Projetos e rumos do Grupo – discussão nos GTs</u></p> <p>GT 1: Articulação interna ao GPDH</p> <p>GT 2: Articulação entre as universidades e grupos de pesquisas representados no GPDH</p> <p>GT 3: Articulações internacionais</p>
16h10 às 18h	<p><u>Plenária – Compartilhamento das discussões nos GTs</u></p>
18h	<p><u>Encerramento</u></p>



PROPOSTAS DE GTs

GT 1 – ARTICULAÇÃO INTERNA AO GPDH

O GT 1 tem como objetivo a reflexão sobre as possibilidades de articulação entre os trabalhos que realizamos e/ou novos projetos que possamos formular de forma conjunta (projetos de pesquisa, eventos, publicações etc.). Essa articulação fortaleceria a identidade e as conexões internas do GPDH e nos permitiria ter atividades mais robustas.

Condução:

Participantes:

Proposta de GT específico sobre Crianças e Adolescentes

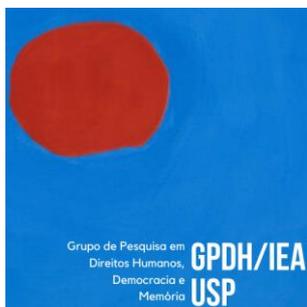
Proponentes: Eduardo Rezende Melo; Gabriela Gramkow; Maria Cristina G. Vicentin; Paulo Kohara; Ludmila Nogueira Murta.

Título: Criar o descriançável: os direitos humanos de crianças e adolescentes e a subjetivação jurídico-política de crianças

Justificativa:

A implantação de uma legislação garantista de direitos (com o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, em 1990, em resposta à Convenção Internacional dos Direitos da Criança) não alterou a realidade brasileira de extrema desigualdade no acesso a direitos e na consolidação de uma cidadania ampliada para crianças e adolescentes. Desse modo, agudiza-se em nosso país a necessária tomada de posição ético-política de não aceitação tácita da supressão ou subalternização dos direitos das crianças, especialmente daquelas em condições de vulnerabilização¹. Ainda, a construção do campo formal dos direitos da criança e a noção de crianças como *sujeitos de direitos*, que foram e seguem sendo da maior importância, são insuficientes para pensarmos a

¹ Marchi, R. C. & Sarmiento, M. J. (2017) Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. Rev. Educ. Soc., 10, ago. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017175137>



inserção de crianças e adolescentes na comunidade política, uma vez que tal construção não reverteu a posição das crianças como seres “reduzidos a uma esfera privada, doméstica”, “condenados a espaços pré-políticos” relegados a “manifestações de participação administradas”². As crianças são, assim, *prisioneiros políticos*, na arguta expressão do cineasta Jean Luc Godard, uma vez que seus interesses são, necessariamente, articulados por outros, e não por eles mesmos, sem que qualquer outro dispositivo possa ser acionado a seu favor, sobretudo em momentos de tensão e de conflito, em que a recorrência ao direito se faça necessária. As noções de proteção, desenvolvimento e participação, pilares da atual legislação brasileira (ECA) têm sido objeto de miradas críticas, impulsionadas particularmente pelos Estudos Sociais da Infância, por uma Psicologia Social Crítica e pela Filosofia contemporânea, interessados na análise dos regimes de verdade impostos às crianças e adolescentes, bem como na abertura à constituição de saberes que buscam sustentar uma perspectiva conflitiva e polissêmica da subjetivação jurídica de crianças e adolescentes, que chamamos de saberes “criançasáveis”³.

No caso da realidade brasileira, em que se conjuga a exclusão sociopolítica com as consequências da desigualdade social e das violências estruturais que afetam crianças e adolescentes, tal debate ganha uma redobrada urgência, de forma que a constituição de um GT no âmbito do GPDH/IEA-USP, com pautas de pesquisa e de incidência política compromissadas com um mundo “criançasável” possa ser construída.

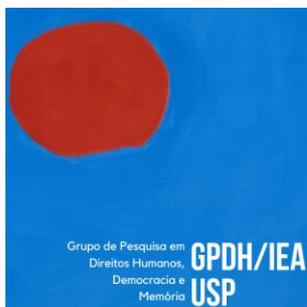
Alguns campos nos parecem prioritários para o trabalho neste GT:

1) **o direito à participação de crianças e adolescentes.** Ao incorporar o conceito dos direitos das crianças a partir do movimento geral de direitos humanos, a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) define uma estratégia onde se incluem de forma inseparável direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O artigo 12.º da CDC, relativo ao direito de participação (campo dos direitos políticos), tem ensejado uma série de projetos e experiências, como as diretrizes da Justiça Amiga da Criança⁴, interessados, mais que na adaptação da Justiça às crianças, na problematização do próprio modo segmentado e fracionado de atuação da Justiça, que despotencializa e disciplina os modos de subjetivação de crianças e adolescentes, demandando abordagens mais amplas, interdisciplinares, políticas, pautadas em perspectivas de direitos e que permitam diferenciados modos de subjetivação por crianças e

² Melo, Eduardo Resende. O direito ao desenvolvimento. Arqueologia de um dispositivo na subjetivação de crianças e adolescentes. São Paulo: Intermeios, 2021

³ Vicentin, Maria Cristina G.; Gramkow, Gabriela. Pistas para um agir criançasável nas experiências de conflito. Educação Temática Digital. Campinas, SP; v. 20n.2p. 368-390; abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8650659/17902>

⁴ <https://www.cnpdpj.gov.pt/projeto-12-justica-para-criancas->



adolescentes nos espaços e políticas sociais. Uma vertente possível e estratégica pode ser desenvolvida acerca das potencialidades, dificuldades e resistências das articulações do direito-dever de participação de crianças e adolescentes nos procedimentos administrativos e penais em que figuram como vítimas de violência de gênero, especialmente a de caráter sexual, em instituições de ensino, especialmente as públicas.

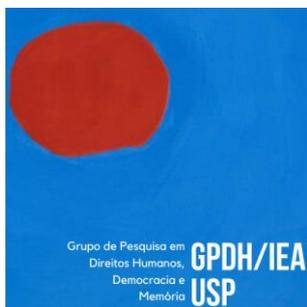
2) construção da **efetiva proteção integral de crianças e adolescentes que trabalham no comércio varejista de drogas** e a criação de opções que evitem a criminalização dessa atividade, que problematizem a gestão das ilegalidades e a prioridade dada à criminalização dessas condutas como “tráfico de entorpecentes”, tornando-se a principal forma de entrada dos adolescentes no sistema de justiça infracional. (em julho de 2023, propusemos uma pesquisa articulada ao GPDH, ainda em avaliação no Edital Fapesp).

3) a problematização da patologização, da periculosidade e irrecuperabilidade - especialmente do adolescente e do jovem - , quando se realizam de forma mais evidente as estratégias de exílio e inabilitação por meio das respostas sanitário-penais a eles dirigidas, como as comunidades terapêuticas, as internações psiquiátricas e outras ordens de institucionalização. tensionando soluções individualizantes e punitivas que violentam relações democráticas constitutivas do viver coletivo, com destaque para situações de conflitos no espaço público da escola.

4) o campo dos **direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes, problematizando a prevalência** da perspectiva de controle, administrativo ou penal, sobre a sexualidade infanto-juvenil, em nome de sua suposta proteção, em detrimento de uma perspectiva pautada em direitos. Neste campo interdisciplinar e político, pretendemos analisar o impacto dessa distorção em diversos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e pensarmos novas estratégias e possibilidades de promoção de direitos.

GT 2 – ARTICULAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES, INSTITUTOS E GRUPOS DE PESQUISA

O GT 2 tem como foco a articulação entre universidades, institutos e grupos de pesquisa que já estão representados no GPDH. Essa articulação pode resultar naturalmente da articulação anterior, mas busca-se também pensar a sua expansão. Temos a parceria com o CEDEC na produção dos cadernos e já fizemos atividades em parceria com a Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp, o Centro de Pesquisa e



Formação do SESC, e o Museu da Pessoa. A proposta é pensar a continuidade de parcerias e novas formas de articulação, por exemplo, fomentando a criação de uma rede entre universidades/institutos/grupos de pesquisa.

Condução:

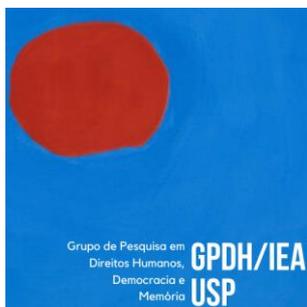
Participantes:

GT 3 – ARTICULAÇÕES INTERNACIONAIS

Temos alguns pesquisadores estrangeiros incorporados no GPDH e existem as parcerias que são feitas individualmente, por algumas/ns membras/os do GPDH. A proposta seria pensar formas de fortalecer essas parcerias e concretizar atividades. Seria importante pensar formas de conexão com outros pesquisadores e universidades para a proposição de eventos e projetos.

Condução:

Participantes:



RESUMOS

Desestabilização da democracia Constitucional e Políticas de Direitos no Mandato de Jair Bolsonaro (2019-2022)

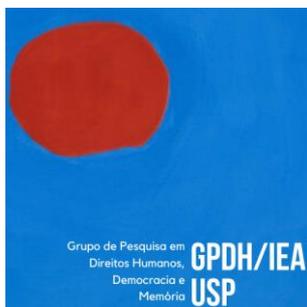
Andrei Koerner, Celly Cook Inatomi e Pedro Henrique Vasques

A apresentação analisa a desestabilização da democracia constitucional brasileira durante o mandato de Jair Bolsonaro e suas implicações para as políticas de direitos. Aborda o tema a partir dos conceitos de ordem constitucional e regime constitucional. Apresenta a atuação presidencial enquanto encenação do grotesco da democracia, produzindo instabilidade política por meio da desestruturação dos fundamentos normativos, ordenamento jurídico e domínio de realidade da ordem constitucional de 1988, de modo a promover a passagem a uma situação pós-constitucional. Ainda que não tenha havido a superação da ordem constitucional, com o mandato de Bolsonaro, o regime constitucional neoliberal democrático sofreu reconfigurações nas relações entre os poderes do Estado, nas práticas eleitorais e nas políticas de desenvolvimento. A análise tem como foco central os efeitos dessas mudanças para as políticas de direitos no sentido de esvaziarem a identidade dos agentes como cidadãos, precarizando os apoios institucionais ao exercício de seus direitos e promovendo formas de subjetivação receptivas ao discurso reacionário e às políticas neoconservadoras. A pesquisa baseou-se em revisão da bibliografia, fontes documentais e de mídia, mas ela se baseia, primordialmente, nas discussões e reflexões dos autores sobre sua experiência enquanto protagonistas do seu tempo.

Reconhecimento e Justiça: Um Estudo Sobre as Vítimas Indiretas de Homicídio e Femicídio

Bruno Cervilieri Fedri

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a demanda de justiça das vítimas de violência, mais especificamente as vítimas indiretas de crimes de homicídio e feminicídio, que se encontram em atendimento em um centro público de apoio interdisciplinar para vítimas de violência, na cidade de São Paulo. A presente pesquisa contou com uma discussão acerca da vítima como personagem principal do trauma psíquico, que por sua vez é apresentado no ensejo das grandes guerras mundiais e dos movimentos sociais de luta por direitos que advieram destas guerras e desempenharam



um papel fundamental na construção de políticas públicas específicas para vítimas indiretas de crimes de homicídio e feminicídio, em especial no Brasil, desde a ditadura militar até a redemocratização. A representatividade da voz das vítimas é ilustrada por meio de entrevistas realizadas com um grupo de apoio formado por mulheres que sofreram a perda de seus entes queridos por homicídio e feminicídio, que apontam os desafios de se acessar direitos e sofrem com as consequências traumáticas da revitimização dos órgãos públicos de justiça. Estas revitimizações engendram desmentidos que por sua vez desqualificam as vítimas de violência como sujeitos cujos direitos foram violados, operando assim novos traumatismos. Observou-se que a demanda das vítimas de violência compreende uma demanda de reconhecimento e que perpassa o luto, a dor e a necessidade de poder falar sobre o indizível próprio do trauma, para além da criação, manutenção e ampliação das políticas públicas já existentes, de forma a colaborar para a não repetição das violências, também uma demanda das vítimas.

Reparações pela violência de Estado

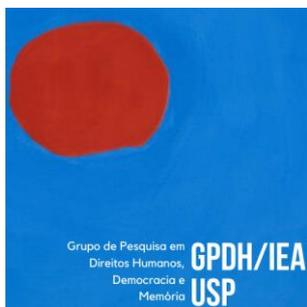
Carla Osmo

O objetivo da apresentação será compartilhar e debater os trabalhos desenvolvidos no âmbito do “Projeto Reparações” do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp. O projeto consiste em uma articulação das atividades dos seus três observatórios do Centro – o Observatório da Proteção dos Direitos Humanos, o Observatório da Violência contra as Mulheres e o Observatório da Violência Racial – em torno do tema das reparações devidas em casos de violência de Estado, em especial da violência letal. O objetivo é analisar criticamente a forma como se dá essa reparação e refletir sobre mudanças que podem ser buscadas. Nesse sentido, o estudo produzido no projeto visa contribuir com a propositura de ações judiciais e com a implementação de políticas públicas nessa área.

“No safe haven for torturers”: o empreendedorismo político da Anistia Internacional para a criação da Convenção contra a Tortura da ONU

Carla Vreche

A presente pesquisa tem como tema geral a atuação das Organizações Não Governamentais (ONG) nas relações internacionais e seu papel na consolidação do

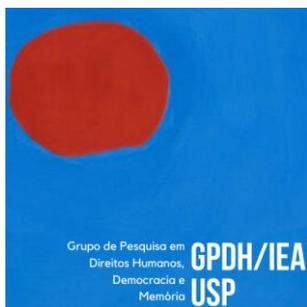


regime internacional de direitos humanos. O seu objeto empírico é a participação da Anistia Internacional (AI) no processo de criação da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura (UNCAT). O caso é relevante porque foi a primeira campanha temática internacional da AI e porque ela foi bem-sucedida, dado que o resultado do processo foi a criação da UNCAT: uma norma internacional vinculante de reconhecida importância e que inovou em mecanismos de proteção dos direitos humanos. A partir da análise da ação da ONG em contexto, a pesquisa elucida a agência da Anistia e os fatores que em seu desenvolvimento institucional e ação política constituem tal poder. São abordados os eventos da incorporação do tema pela organização, a elaboração de uma estratégia multinível e multitemática, seu papel na construção do debate internacional de condenação da prática e os resultados dessa atividade, em relação às suas condições de atuação (em termos de recursos materiais e políticos). O argumento desta pesquisa é a de que a atuação da AI foi essencial para a criação da Convenção, o que ela alcançou por meio de sua mobilização, mas também com base em sua reconhecida autoridade no campo, tendo a entidade ocupado a posição central na rede de atores articulados para o caso. Essa ação ainda trouxe dois notáveis impactos. O primeiro deles – externo – está relacionado à inauguração de uma nova etapa do ativismo, instigando e inspirando a atividade transnacional de outras entidades de direitos humanos. O outro – interno – reflete os efeitos institucionais desse envolvimento, com a Anistia encarando um forte movimento de institucionalização e burocratização. Tais fatores explicam sua posição de relevância no processo, a despeito do distanciamento formal da organização durante a negociação final do novo documento. Em 1984, quando a UNCAT foi criada, a Anistia era referência e, sua posição, um exemplo a ser seguido.

A atualidade das Luzes em nossa contemporaneidade: penumbra e obscurantismo

Carlota Boto

O Iluminismo é um movimento intelectual ocorrido na Europa do século XVIII, que teve como característica a crítica: crítica às instituições, crítica à política, crítica à religião, crítica dos costumes e crítica à ideia de tradição. Para os teóricos iluministas a ideia da razão era um pressuposto que deveria balizar todas as esferas da vida social. O objetivo do presente estudo é a busca de compreensão da atualidade das Luzes. Nesse sentido, a primeira constatação é a de que vivemos uma época em que o movimento da história parece ter andado para trás. O autoritarismo político e ideológico crescente em várias partes do mundo e, fundamentalmente, no Brasil acena para um tempo de obscurantismo e de recrudescimento de preconceitos, de rejeição ao conhecimento

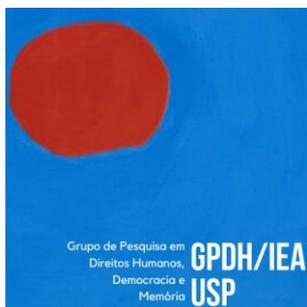


científico e de crescimento, a um só tempo, da miséria e da ascensão de governos autoritários. Kant caracterizará o Iluminismo como a saída do homem de sua menoridade, definindo menoridade como a incapacidade de se servir do entendimento por conta própria. A iniciativa da *Enciclopédia* consistia, por sua vez, em um projeto que pode ser considerado pedagógico, posto que teve o intuito de divulgar as novas conquistas do conhecimento em todos os campos para um número cada vez maior de pessoas. A crença dos iluministas era a de que o progresso da ciência e da técnica não se dá apenas pelo avanço no conjunto do saber acumulado. As conquistas da ciência procederiam também - para além das novas descobertas nos variados campos do saber - mediante a irradiação do conhecimento. A ampliação do acesso de um número cada vez maior de pessoas às conquistas da ciência era um dos principais objetivos dos teóricos do Iluminismo. Por ser assim, a Ilustração é uma dada organização do mundo intelectual, onde a atividade do pensamento se torna praticamente uma militância em prol da liberdade de raciocínio e da liberdade de crença. A ideia era a de que, todos tendo livre acesso aos instrumentos da racionalidade e da liberdade de julgamento, haveria a possibilidade de haver uma sociedade mais justa, mais igualitária e pautada por distinções antes pautadas pelo mérito do que pelas desigualdades de fortuna. Desenvolver a razão supõe, sob o prisma das Luzes, levar a cabo os instrumentos para que ela se expresse. Isso implicava a formação da opinião pública, o que, era, por si, uma tarefa pedagógica. Recordar o Iluminismo constitui, nesse sentido, um exercício de liberdade e de resistência nos tempos que correm.

O Observatório da Violência Racial: ensaios para a efetivação de direitos

Diana Mendes Machado da Silva

No último biênio (2022-2023), o Observatório da Violência Racial, vinculado ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp, ampliou significativamente seu escopo de atuação. O presente artigo visa apresentar alguns dos mais expressivos resultados de quatro projetos nos quais estive envolvida como coordenadora ou co-coordenadora: a Semana de Consciência Negra da Unifesp; o Seminário “Políticas Antirracistas no Ensino Superior”, a implantação do projeto de pesquisa “Saúde da mulher negra: resistências e produção de saberes” e do projeto de extensão cultural “Quilombagem: da memória à História pública”. Em diálogo com Rancière (2019) e Deluchey (2017), realizamos experimentações para que os saberes emergentes das lutas sociais incidam sobre o planejamento e a implementação de políticas públicas de ensino superior, saúde e educação básica de modo a contribuir para a garantia e a ampliação de direitos para a população negra.



Crianças e adolescentes, sexualidade(s) e gênero: o direito a ter direitos e os dilemas e impasses do contexto sociojurídico e político brasileiro

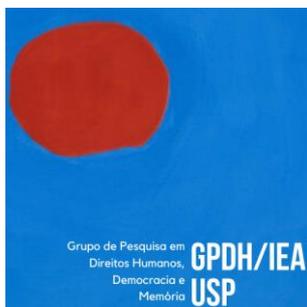
Eduardo Rezende Melo

Trata-se de duas pesquisas convergentes em torno dos dilemas e impasses que a falta de um regramento e atendimento adequado de direitos sexuais de crianças e adolescentes tem provocado. A partir de uma crítica da prevalência da perspectiva do controle, administrativo ou penal, em nome de sua suposta proteção, a primeira pesquisa versa sobre o impacto do modo de tratamento da idade de consentimento na esfera penal, seu impacto na saúde e educação sexual de crianças e adolescentes e, particularmente, nos dilemas jurídicos de análise das relações sexuais consentidas entre (crianças) e adolescentes com menos de 14 anos. A segunda pesquisa versa sobre os campos em que seria necessária a elaboração de uma política institucional da Justiça voltada a crianças e adolescentes trans, contemplando sua interface com áreas como saúde, educação, convivência familiar e comunitária, direitos socioassistenciais, direito à identidade, trabalho, além do acesso à justiça.

Violências raciais e de gênero e experimentações de cuidado em alianças psijurídicas

Gabriela Gramkow

Partilharei com o grupo de pesquisadoras e pesquisadores do GPDH/ IEA USP experiências extensionista, de pesquisa e ensino desenvolvidas com o Núcleo de Formação Profissional “Relações de Gênero, Violência e Psicologia: Latinidades Insurgentes” do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No último biênio 2022/2023 em parceria com o Grupo Especial de Combate aos Crimes Raciais e de Intolerância (GECRADI) do MPSP e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e da Cidadania (SMDHC) de São Paulo, dialogamos com as equipes dos Centros de Referência de Promoção da Igualdade Racial (CRPIR) e ao acompanhar o apagamento de mulheres vítimas de racismo em processos jurídicos experienciamos práticas clínico-políticas de escuta e testemunho de violências raciais e de gênero. Pretendo na roda de conversa compartilhar essas alianças psi-jurídicas e suas irrupções no pacto da branquitude na cena universitária ao nos enlaçarmos com políticas de cuidado e de vida.



Violência de gênero e violência sexual em instituições públicas de ensino

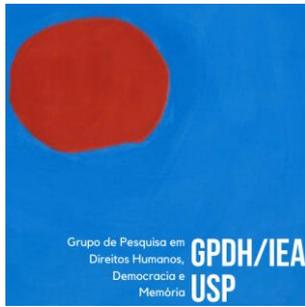
Ludmila Nogueira Murta

O estudo parte da proposta de mapeamento de políticas de enfrentamento da violência sexual e de gênero em instituições públicas de ensino no país, buscando identificar iniciativas existentes e seus diferentes formatos de organização e atuação. Os achados do mapeamento serão confrontados com os pilares, premissas e garantias dadas pelas diferentes legislações e produções brasileiras conexas à temática central (como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 13.431/2017 e o Guia Lilás) com o intuito de agrupar pontos de excelência e de desafio que servirão de base norteadora para a construção do produto final da pesquisa, que é um compilado-guia para construção de documentos normativos institucionais para criação, implementação e atualização de suas políticas. Espera-se que o produto da pesquisa contribua para a disseminação da cultura de prevenção e combate à violência de gênero e violência sexual em harmonia com o que prevê e busca a nossa legislação pátria.

Interrogar a “sociopatia” e a “periculosidade” dos jovens autores de ato infracional: outros giros para uma criminologia crítico-clínica

Maria Cristina G. Vicentin

A produção acadêmica brasileira (especialmente aquela derivada de uma Psicologia Social Crítica, de uma Psicanálise Implicada, das Criminologias Críticas e da Saúde Mental Coletiva) reúne um conjunto extenso e consistente de análises sobre a produção contínua do inimigo a ser eliminado - o jovem preto e periférico (principalmente daquele que é alvo do sistema de justiça juvenil) - e sobre a transformação das periferias em campos de extermínio. Tais análises focalizaram especialmente uma leitura da produção social e institucional do jovem perigoso e intratável em relação com: a) a “acumulação social da violência” e a “sujeição criminal” (Misse); b) os modos de construção e propagação dos discursos legitimadores da dor e da morte na construção da indiferença social e de uma tanatopolítica; c) o encapsulamento da experiência revoltosa (Fanon) dos adolescentes e a necessária politização da violência (a vivida e a protagonizada pelos jovens). Esta produção aportou subsídios para uma “criminologia da vulnerabilidade” que se propõe a: reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes ao sistema de justiça e aos mecanismos de segurança (Eugenio Zaffaroni); aumentar a margem de riscos e as responsabilidades das instituições (Tamar Pitch), numa concepção de “segurança” que signifique estar seguro em relação ao desfrute dos direitos humanos fundamentais (Baratta). Mais recentemente, o giro decolonial, as

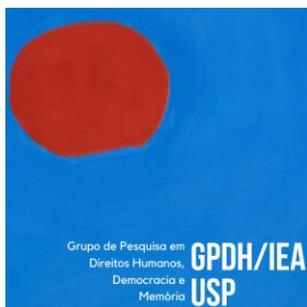


leituras com base no crivo dos marcadores sociais da diferença e da interseccionalidade trouxeram novos aportes a tais análises, com leituras sobre a espessura colonial do traumático e dos “espaços feridos”(Férrandiz) que estes jovens habitam. Neste projeto de pesquisa, em construção, nos interessará avançar na direção da inserparabilidade entre processos psicossociais e tecnologias políticas na abordagem dos modos de subjetivação de adolescentes (especialmente os considerados intratáveis, a quem se atribui a noção de transtorno de personalidade antissocial) por meio da articulação da noção de “pedagogias da crueldade” (Segato) - como práticas que constroem a ruptura do laço social, a diminuição da empatia pelos sujeitos e a configuração daqueles que podem ser mortos -, ao paradoxo do *immunitas-communitas* (R. Esposito). Isto é, a produção daqueles que, colocados fora do *communitas* (de pertencimento a uma comunidade), tornam-se figuras imunes ao sentido valorativo comum. Pretende-se abordar o transtorno de personalidade antissocial numa chave de análise que contribua para articular perspectivas da criminologia crítica às leituras da clínica ampliada/atenção psicossocial contribuindo para aportar elementos às políticas públicas (pp SUS e SUAS) na atenção às violências.

Como os espectros dos regimes militares e os escombros do autoritarismo, na América Latina, aparecem nas proposições prescritivas dos relatórios do desenvolvimento humano das Nações Unidas?

Maria José Rezende

Verifica-se, nesta pesquisa, o modo como os elaboradores de alguns Relatórios globais (RDHs) e regionais (RRDH-América Latina) do desenvolvimento humano (PNUD/ONU) lidam, nas suas proposições prescritivas, no século XXI, com os espectros e os escombros dos regimes militares, que vigoraram na América Latina na segunda metade do século XX. Tais prescrições voltadas à geração de caminhos para combater, no continente, as desigualdades, as exclusões e as ameaças autoritárias, derivam de diagnósticos que constatarem os efeitos perversos e diuturnos das ações, medidas e procedimentos implantados e fomentados pelas ditaduras. Esta é uma pesquisa que objetiva favorecer a compreensão dos significados políticos das constatações, postas em evidência em alguns relatórios das Nações Unidas, sobre os efeitos, no presente, dos autoritarismos sociais e políticos sedimentados e potencializados pelos regimes militares. Ao construir uma narrativa sobre os espectros deixados pelas ditaduras, os quais se projetam sobre a atualidade e dificultam o processo de democratização sustentador do desenvolvimento humano, os formuladores dos respectivos documentos vão além das muitas incertezas que têm estado sempre presentes, desde o fim dos regimes militares no continente, no processo de construção

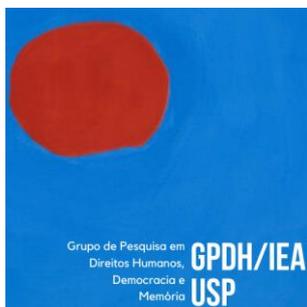


da democracia. Nos documentos em análise, as incertezas aparecem como parte da vida social e política. Por isto, os espectros são distintos delas, uma vez que eles são indícios de que, em algumas áreas, há dificuldades sedimentadas de transpor algumas práticas políticas e sociais, fomentadas pelos regimes autoritários que vigoram na segunda metade do século XX, que tendem a se projetar no presente e no futuro.

Curso de Formação em Sistemas Internacionais de Direitos Humanos para lideranças indígenas Guarani e Kaiowá

Matheus de Carvalho Hernandez e Bruno Boti Bernardi

Iniciado em 2018, atendendo a uma demanda da grande assembleia Guarani Kaiowá, Atyguasu, este projeto de extensão une a Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, UNISINOS, Cardozo Law School e Conselho Indigenista Missionário, e conta com o apoio do Ministério Público Federal. O projeto possui dois objetivos principais, um de cunho formal e outro de natureza informal. O primeiro deles é promover oficinas de formação sobre os sistemas internacionais de direitos humanos, notadamente ONU e OEA, a lideranças indígenas Guarani Kaiowá, referendadas pela Atyguasu. Fizemos cerca de 5 oficinas ao longo do período e gradativamente percebemos como nos faltava uma didática intercultural, de inspiração freireana na Educação Popular, e que seria mais proveitoso às lutas dos povos indígenas da região que os cursistas sejam de alunos e alunas indígenas já vinculados à UFGD, especificamente das Licenciaturas Teko Arandu e Educação no Campo, ambas da Faculdade Intercultural Indígena da UFGD. Em relação ao segundo objetivo, realizamos um número alto de atividades, incidindo, por exemplo, para que a Visita Oficial da Comissão Interamericana de Direitos Humanos passasse pelos territórios indígenas da região, e para que recebêssemos diversos funcionários internacionais de alto nível do sistema ONU e OEA, como relatores especiais, subsecretários gerais e jornalistas. Também enviamos diversos subsídios a processos de denúncia de violações dos direitos indígenas que figuram no sistema ONU e OEA, obtendo inclusive uma medida cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos relativa ao território de Guyraroka. Por fim, apoiamos com recursos financeiros e logísticos e com assessoria, inclusive presencial, a ida de lideranças indígenas Guarani e Kaiowá, indicadas pela Atyguasu, a fóruns internacionais de direitos humanos, com destaque para a ação de incidência na ONU em Genebra, quando da Revisão Periódica Universal do Brasil no Conselho de Direitos Humanos, e em Nova York, durante o Fórum Permanente da ONU para Questões Indígenas. O projeto está prestes a findar (maio de 2024) e terá como última atividade um seminário de



compartilhamento de experiências internacionais por parte das lideranças apoiadas pelo projeto.

Imaginários e utopias na Constituinte de 1988

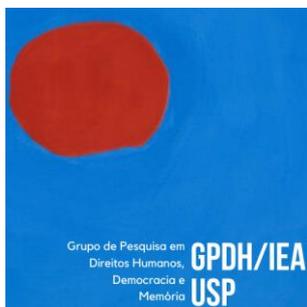
Ozias Paese Neves

Esta comunicação aborda a História do Tempo Presente e tem como foco embates políticos na passagem (Benjamin) entre a ditadura e a redemocratização brasileira. Trata-se de apresentar as disputas protagonizadas pelos movimentos sociais pró-participação popular na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), utilizando como fontes boletins, periódicos e cartilhas produzidas por grupos como o Centro Pastoral Vergueiro, o Sedes Sapientiae etc. Ancorado na nova história política e história cultural destaca as interações entre afeto e política (Pierre Ansart) para historicizar elementos que impulsionavam o imaginários (Castoriadis) e as utopias (Ricouer) que levaram esses personagens a entrarem em cena associando democracia à redução da violência e da miséria em contraposição à ideais revolucionários dos anos 1960.

Os contraditos da memória

Paulo Endo

Apresentarei brevemente algumas contradições flagrantes em visitas recentes a memoriais em diferentes locais. Essas contradições também são atualizadas a partir da indiferença, descaso ou importância dadas aos memoriais desde sua fundação. Os efeitos de escavação e de releitura dos traços da memória concorre com os esburacamentos cometidos por ações de contramemória, em ações coordenadas que aprofundam o arruinamento de sítios consagrados e o desaparecimento de sítios já esquecidos ou mal lembrados. A preservação de sítios de memória é custosa e depende do desejo de lembrar e da possibilidade de esquecer que, por sua vez, se dinamizam enquanto há esforços para que o que restou seja habitado por protagonistas passados e presentes que reconhecem a gravidade futura do que passou e cuja repetição é não apenas possível, mas provável.



Violência racial violência traumática

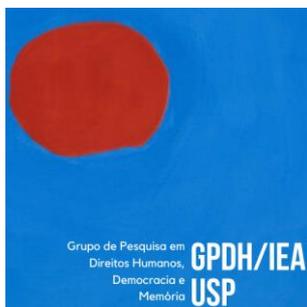
Paulo Kohara

Na presente comunicação pretendemos introduzir elementos que demonstram porque toda violência racial é manifestação de uma violência traumática. Ancorado nas formulações psicanalíticas na qual indivíduo e coletividade se encontram na noção de sujeito do inconsciente, apresentaremos como a denegação dos crimes do regime escravocrata e a ausência de uma Justiça de Transição que, coletivamente e no plano psíquico, operasse o reconhecimento e uma significação dessa barbárie, resultaram numa transmissão traumática da violência contra corpos e subjetividades negras no Brasil. Por fim, no campo da experiência singular, apresentaremos como os resultados desse traumático podem ser observados, tal como descrito por Frantz Fanon (2008), pela falência do esquema corporal das vítimas e sua substituição por um esquema corporal epidérmico-racial, submetidos aos movimentos de projeção e assimilação da branquitude e do branqueamento, como descritos por Maria Aparecida Silva Bento (2020).

A questão negra em quatro coleções da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Programa do Livro Didático Nacional (PNLD) de 2021

Paulo Henrique Fernandes Silveira

Após décadas de reivindicações e de protestos dos movimentos sociais negros, em 9 de janeiro de 2003, foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo da escola básica brasileira. Em seu primeiro parágrafo, essa lei determina: “O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. O cumprimento dessa lei pressupõe a incorporação desse conteúdo programático nos manuais e livros didáticos elaborados para esse período da formação escolar. Desde 2012, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), coordenado pelo Ministério da Educação do governo federal, seleciona e distribui livros didáticos de todas as disciplinas do currículo da escola básica para estudantes da rede pública. Esse programa é renovado trienalmente, permitindo que novos livros sejam selecionados. Após a homologação e a implementação da Base Comum Curricular (BNCC), o PNLD passou a selecionar coleções didáticas por áreas de conhecimento. Esse trabalho pretende analisar as

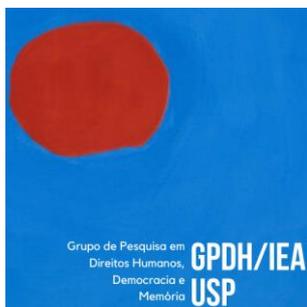


abordagens sobre a questão negra presentes em 4 coleções didáticas selecionadas pelo PNLD do Ensino Médio de 2021, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essas coleções foram selecionadas levando em consideração a importância acadêmica e educacional das autoras e autores e o livre acesso desses livros no site da editora que os produziu.

Borders regimes, and nós os brasileiros “son una herida aberta”

Raissa Wihby Ventura

A proposta desta apresentação é a de oferecer os termos de um experimento crítico em teoria política da migração internacional. Nesta proposta meu objetivo é o de refletir sobre em quais sentidos os atuais regimes de (im)mobilidades, em que a imigrante marcada como indesejada habita, é um aspecto constitutivo do *afterlife of slavery* e seus pactos. Foi Saidiya Hartman quem propôs o termo "sobrevida da escravidão" para denotar "as chances de vida distorcidas, o acesso limitado à saúde e à educação, a morte prematura, o encarceramento e o empobrecimento" (Hartman, 2017, p. 6), que continua - no tempo e nos territórios - a colocar em risco os corpos e as vidas negras. Esses perigos, enfatiza Cristina Sharpe, "não são, e nunca foram distribuídos de forma homogênea" (Sharpe, 2016, p. 55). No cerne da distribuição desigual da violência e das vulnerabilidades próprias da sobrevivida da escravidão está o “pacto da branquitude” que constrói a ponte entre o presente e o passado por meio da herança de um passado colonial e escravocrata e seus impactos positivos nas trajetórias, oportunidades, possibilidades, sonhos e horizontes aos quais têm acesso às pessoas brancas (Bento, 2022). Como um exercício de delimitação das tramas da sobrevivida da escravidão e de seus regimes de (i)mobilidades no nosso presente, a proposta é a de abordar os regimes de fronteira que entrelaçam as (im)possibilidades e as (im)mobilidades do destino de Moïse Mugenyi Kabagambe. No centro do palco, no entanto, estará a *Tropicália*, e os sentidos em que esse espaço foi forjado em mais de uma justaposição: entre o racismo e os regimes de fronteira cívica e territorial, entre "tristeza e alegria"; entre o "festivo e o obscuro" (Hartman, 2022) que acompanharam a história desse país “atlântico”.



Ditadura-militar brasileira: arquivos e pulsões

Tânia Corghi Veríssimo

Pretendo compartilhar trechos de desenvolvimento da minha tese que se aproxima do exame de qualificação. Partirei do capítulo que escrevi para nosso E-book: “(In)cômodos da Casarquivo: a ditadura civil-militar brasileira como arquivo do mal” para pensar a ambiência criada, bem como a ambivalência evidenciada por Derrida ao conceber uma noção de (mal de) arquivo. Buscarei com esta discussão oferecer enfoque ao conceito freudiano de pulsão, para o qual Derrida ofereceu centralidade ao longo de sua obra (Mal de arquivo. Uma impressão freudiana). Ele será tomado como ferramenta analítica a um arquivo do mal da história brasileira: a ditadura civil-militar. A partir de uma certa noção de arquivo (mal de arquivo) e de uma leitura sobre as pulsões desde Freud a Derrida, tenho me aproximado de arquivos paradigmáticos da contradição – memória e apagamento – na ditadura-militar. Darei destaque ao trabalho de memória feito pela ex-presca política Inês Etienne Romeu (1942-2015), torturada e sobrevivente da Casa da Morte em Petrópolis – RJ.

Reconstruir, reformular e ressignificar. Reflexões sobre o primeiro ano de atuação do Ministério das Mulheres no enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres

Wânia Pasinato

Em janeiro de 2023, em seu discurso de posse, o Presidente Lula prometeu erradicar os feminicídios no Brasil. Quatro meses após esse discurso, a Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, decidiu revogar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio deixado pelo governo anterior. A decisão se baseou na constatação da insuficiência do Plano para responder ao problema das mortes violentas de mulheres em razão de gênero. Nessa apresentação pretendo compartilhar algumas reflexões sobre a experiência de trabalhar como Assessora de ONU Mulheres e apoio técnico para o Ministério das Mulheres na construção de um Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, uma proposta ambiciosa de construir uma agenda mais inclusiva, abrangente e consistente com a complexidade da violência de gênero contra as mulheres e a agenda de direitos humanos.